



2021

**CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS
PÚBLICAS E
GOVERNANÇA
CORPORATIVA**

Data de divulgação: 29/04/2022

SUMÁRIO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
IDENTIFICAÇÃO GERAL	4
ADMINISTRADORES CEPE	5
POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	6
1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	7
2. POLÍTICAS PÚBLICAS	9
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	11
3.1. Portfólio de Produtos e Serviços	12
4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	13
5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIROS DECORRENTES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	15
7. FATORES DE RISCO	20
8. REMUNERAÇÃO	21
9. CONCLUSÃO	22

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mais um ano consolidando informações relevantes dos aspectos de governança corporativa da Cepe no exercício em análise, em um documento conciso, dando a devida transparência para a importância da Companhia na consecução das políticas públicas relativas à sua essência enquanto estatal.

É assim que a gestão da Cepe entende a relevância de anualmente dedicar esforços para atendimento aos preceitos trazidos pela Lei Federal nº 13.302/2016, especialmente, nesse caso, em seu art. 8º, incisos I e VII.

Mais de cinco décadas após a sua constituição, a Companhia Editora de Pernambuco, segue alocando esforços contínuos em prol de aperfeiçoar cada vez mais os serviços prestados à sociedade pernambucana. Desde a publicação de atos e documentos oficiais, por meio do Diário Oficial, até a publicação e venda de exemplares, a Cepe realiza iniciativas que fortalecem o fomento da cultura no Estado.

No exercício em análise, o ano de 2021, tivemos um cenário ainda atípico, considerando a pandemia da covid-19 e todos os aspectos sanitários e econômicos envolvidos. A adaptação necessária e vivenciada desde 2020 para o novo contexto continuou de forma mais intensa, especialmente no primeiro semestre do exercício. No segundo semestre, vislumbrou-se, não só na Cepe, mas no Estado, que a hora da “retomada” tinha chegado – retomada essa em todos os sentidos, inclusive de reestruturar a economia com programas e ações. Isso se concretizou no Programa lançado pelo Governo do Estado, intitulado “Plano Retomada”. A expectativa é que sejam aplicados, até o final de 2022, R\$ 5 bilhões em iniciativas voltadas essencialmente para fortalecer a economia do Estado.

Especificamente no contexto da Cepe, no segundo semestre de 2021, voltamos com algumas ações importantes, mas que estavam suspensas dado ao cenário que estava sendo vivenciado. A exemplo disso, temos a retomada, junto a SEPLAG, da definição de plano de trabalho para atualização do Planejamento Estratégico da Companhia de forma corporativa.

Não temos dúvida que, apesar das dificuldades impostas pelo contexto explanado, a Cepe seguiu firme no seu propósito, buscando executar as ações imprescindíveis para sua operação de forma cada vez mais eficiente. Para 2022, esperamos seguir e nos aprimorar ainda mais.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, apresentaremos a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício 2021 da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, subscrita pelo Conselho de Administração, destinada à sociedade.

CNPJ	10.921.252/0001-07
Inscrição Estadual	0022408-15
Sede	Recife/Pernambuco
Tipo de Estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador	Governo do Estado de Pernambuco
Tipo Societário	Sociedade anônima
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de atuação	Estadual
Setor de atuação	Editorial e Gráfico
Diretor Administrativo e Financeiro	Bráulio Mendonça Meneses
Auditores Independentes atuais da empresa	PHF Auditores Independentes S/S Responsável Técnico: Hugo Ferreira da Silva Júnior (81) 3467-4565 / hugo@phfaudidores.com.br

ADMINISTRADORES CEPE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO¹

José Francisco de Melo Cavalcanti Neto – Membro efetivo

Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão - Membro efetivo

Silvia Maria Cordeiro - Membro efetivo

Alexandre Ubirajara Gabriel de Melo - Membro efetivo

Bruno Maia de Azevedo Silva - Membro efetivo

DIRETORIA EXECUTIVA²

Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão - Diretor-Presidente

Bráulio Mendonça Meneses - Diretor Administrativo e Financeiro

Edson Ricardo Teixeira de Melo - Diretor de Produção e Edição

¹ conselheiros com mandato vigente até 11/06/2023

² Diretores com mandato vigente até 04/08/2022

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com base no disposto na legislação já mencionada, neste documento, abordaremos os compromissos da Cepe frente ao alcance de objetivos de políticas públicas que torne capaz o atendimento do interesse coletivo. Isso quer dizer, de forma objetiva, que será explicitado o fim público que justificou a autorização para nossas atividades – elencando os recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos.

Reunindo as principais informações relativas às práticas de políticas públicas e de governança corporativa adotada pela empresa, devidamente atualizadas e tempestivas, segue detalhamento dos tópicos que serão abordados.



1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Com mais de cinco décadas de atuação no segmento, a Companhia Editora de Pernambuco - CEPE figura uma entidade integrante da administração pública estadual, classificada como sociedade de economia mista e vinculada ao Governo do Estado de Pernambuco por meio da Secretaria da Casa Civil.

A Cepe, que tem sede no bairro de Santo Amaro, na cidade de Recife, conta com uma filial e quatro lojas físicas em pontos estratégicos.

Composição Acionária:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERÊNCIAS	TOTAL
Estado de Pernambuco	100%	99,99%	99,994%
Pessoa Física	0%	0,006%	0,06%
TOTAL	100%	100%	100%

Missão

Publicar os atos oficiais e matérias legais, fazer gestão documental, serviços gráficos e editoriais com excelência e segurança, fomentando a cultura e a comunicação como contribuição à cidadania.

Visão

Ser referência regional no mercado editorial, gráfico, de gestão documental e digital até 2025.

Valores

- Qualidade;
- Agilidade;
- Transparência;
- Memória;
- Valorização das pessoas;
- Comprometimento;
- Ética;
- Segurança da informação.



Principais números de 2021

INDICADOR	VALOR 2021
Faturamento bruto	R\$ 50,7 milhões
Despesas Operacionais	R\$ 27,9 milhões
Lucro/Prejuízo	(R\$ 416,1 mil)

Cabe destacar aqui que os resultados apurados neste ano possuem forte impacto das consequências da pandemia da covid-19, ainda, onde a perspectiva é de melhoria nos próximos anos.

Em suma, pode-se afirmar que diversas das atividades desenvolvidas pela Companhia Editora de Pernambuco contribui para o fomento da cidadania e manutenção da memória da imprensa pernambucana. Assim, evidencia-se também o papel crucial desenvolvido pela Cepe em aproximar a população dos atos desenvolvidos pelo Estado.

Demais informações sobre o histórico da Companhia, principais produtos e serviços prestados, bem como ações realizadas, podem ser encontradas no site da Cepe: www.cepe.com.br.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Cabe esclarecer que a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, inciso I, III e VIII, traz uma exigência referente a “Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

Para a Cepe, mais do que uma obrigação legal, a Carta Anual representa instrumento de prestação de contas para a sociedade pernambucana e um meio de dar transparência para a sua relevância e contribuição frente a políticas públicas.

A Companhia ratifica informação já trazida em relatórios anteriores, por ser importante explicação e contextualização acerca do que se espera que seja realizado pela mesma. Desse modo, elencamos a seguir as finalidades específicas da empresa, que também constam detalhadas em seu Estatuto Social, no **art. 3º**:

- I. Impressão, distribuição e comercialização dos jornais oficiais deste Estado, de artigos escolares e de escritório, de livros, inclusive didáticos, revistas, especialmente culturais, e demais publicações oficiais e particulares
- II. Industrialização e comércio de artefatos de papel;
- III. Serviços de clipagem;
- IV. Processamento e digitalização de imagens;
- V. Gestão documental e guarda de documentos;
- VI. Atuar como concessionária de serviços de telecomunicação e de mídia, através de todos os meios de veiculação existentes ou que venham a ser criados;
- VII. Armazenamento, controle, distribuição e comunicação pela rede de informações internet ou através de outras tecnologias futuras, sempre com vistas a promover, incentivar e divulgar a educação, esportes, cultura e a arte, notadamente quando vinculadas ou oriundas do Estado de Pernambuco
- VIII. Por delegação, recolher e preservar documentação permanente referente às informações de ações governamentais e de suas interações com a Sociedade.

A origem de recursos para execução dos objetivos priorizados pela gestão da Cepe e os atribuídos a ela, por meio do Governo do Estado, manteve-se a mesma de anos anteriores, ou seja, a parcela mais significativa foram recursos próprios. O recebimento de recursos de terceiros por meio do cadastro da Companhia junto aos órgãos competentes, por meio das Leis de Incentivo à Cultura nos âmbitos federal, estadual e municipal ou por meio do aporte de recursos oriundos do tesouro estadual, mediante o aumento do Capital Social, não foi utilizado neste exercício.

Assim como em anos anteriores, na Lei Orçamentária Anual – LOA, a Cepe consta como vinculada ao Programa detalhado a seguir, com as três atividades e com o propósito de divulgar os atos oficiais dos poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais, bem como publicações particulares de natureza legal e fornecer serviços gráficos em geral, aos setores público e privado:

PROGRAMA	ATIVIDADE	DETALHAMENTO
Serviços editoriais e gráficos para o Estado (0026)	2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	Digitalizar, gerir e guardar documentos intermediários do poder público estadual, em virtude da Lei Estadual nº 15.529/15
	3397 - Produção de serviço gráfico	Suprir o Estado de serviços gráficos
	3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	Divulgar as leis e demais atos resultantes do processo legislativo previsto na Constituição do Estado; dos atos oficiais dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e as publicações particulares decorrentes de disposições legais via mídia eletrônica

Os valores planejados para serem realizados em cada atividade e os que foram efetivamente executados no exercício, serão detalhados em tópico futuro do presente documento.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A atuação da Companhia Editora de Pernambuco contempla todo o Estado; isso se dá por meio das várias atividades desenvolvidas. A cada ano, a Cepe busca se consolidar em novos segmentos de mercado como o de digitalização e o de certificação digital; ainda, cabe ressaltar que a busca por novos negócios e por oportunidades de se reinventar é permanente na atual gestão.

Neste ano, todos os segmentos registraram incremento de faturamento; em termos percentuais, o segmento de certificação digital surpreendeu com aumento de quase 300% em comparação ao ano anterior. Apesar de pouco significativo em números absolutos, isso indica o aumento da demanda pelos serviços, alinhado com o avanço da tecnologia e a necessidade por serviços digitais acelerada pela pandemia da covid-19.

Nas atividades tradicionalmente executadas pela Cepe, registrou-se aumento de mais de 9 milhões de reais em comparação com o ano de 2020, alinhado com a retomada indicada em tópico anterior desse documento.

SEGMENTO	FATURAMENTO 2021	FATURAMENTO 2020	% VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A 2020
Publicações	R\$ 33,3 milhões	R\$ 24,1 milhões	+38%
Digitalização	R\$ 15,5 milhões	R\$ 14,4 milhões	+8%
Serviços Gráficos	R\$ 936 mil	R\$ 462,5 mil	+102%
Revista	R\$ 87,1 mil	R\$ 35,7 mil	+144%
Livros	R\$ 672,1 mil	R\$ 255,3 mil	+163%
Suplemento de PE	R\$ 127,3 mil	R\$ 52,4 mil	+143%
Certificação Digital	R\$ 6,7 mil	R\$ 1,7 mil	+294%

No entanto, assim como em 2020 e mesmo com o incremento significativo no faturamento bruto, a Cepe registrou um prejuízo de mais de R\$ 400 mil. Apesar deste número representar algo negativo, cabe ressaltar que houve uma redução significativa do déficit em comparação com o exercício anterior – onde foi registrado prejuízo de R\$ 4,3 milhões.

3.1. Portfólio de Produtos e Serviços

Os serviços e produtos realizados pela Cepe estão disponíveis e detalhados em seu site institucional. De forma sintética, são ofertados os seguintes:

- Diário Oficial;
- Cepe Editora;
- Cepe Digital;
- Cepe Doc;
- Cepe Gráfica;
- Continente;
- Suplemento PE;
- Acervo Cepe;
- Loja Cepe – Digital e física;
- Concursos e Premiações.



4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em termos de indicadores estratégicos, pode-se afirmar que, apesar da dificuldade ainda vivenciada em 2021 por conta da pandemia da covid-19, a Cepe obteve resultados positivos dentro do contexto. Esses resultados podem ser verificados na Análise de Atendimento às Metas e aos Resultados na Execução do Plano de Negócios 2021, divulgado em seu site na parte de governança corporativa.

Em termos de indicadores “públicos”, ou seja, especialmente de execução orçamentária do previsto em Lei, a LOA, temos que contextualizar o que segue. A Lei Orçamentária Anual – LOA, prevista no art. 165 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento que estabelece os orçamentos fiscal, de investimento das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante, e o orçamento da seguridade social.

Nos valores constantes na LOA 2021 do Estado de Pernambuco, na seção correspondente a CEPE é possível verificar o valor previsto de R\$ 1,1 milhão, distribuídos da seguinte forma:

ATIVIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	R\$ 450.000,00
3397 - Produção de serviço gráfico	R\$ 200.000,00
3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	R\$ 450.000,00

Houve incremento de 10% em relação ao exercício de 2020. Cabe ressaltar novamente que esses valores são todos da fonte 0241 - recursos financeiros exclusivamente próprios da entidade, ou seja, fruto de esforços próprios da Companhia.

Em análise da LOA 2022, publicada no site do Governo do Estado de Pernambuco, é possível verificar alteração no valor anual previsto, subindo para R\$ 1,2 milhão – maior valor registrado dos últimos anos. O aumento foi percebido nas atividades 2074 e 3399, que saíram de R\$ 450 mil para R\$ 500 mil cada, conforme detalhado mais adiante.

ATIVIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos	R\$500.000,00
3397 - Produção de serviço gráfico	R\$ 200.000,00
3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet	R\$ 500.000,00

5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIROS DECORRENTES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste tópico, deverá ser abordada a forma como a Cepe custeou a execução dos seus objetivos para consecução das políticas públicas. Para isso, cabe análise do Estatuto Social da Companhia, onde em seu art. 3º é dito:

“Para a consecução de tais objetivos a Companhia poderá utilizar seus recursos próprios ou habilitar-se perante os órgãos competentes, através das Leis de Incentivo à Cultura nos âmbitos federal, estadual e municipal, ou através do aporte de recursos oriundos do tesouro estadual, mediante o aumento do Capital Social”.

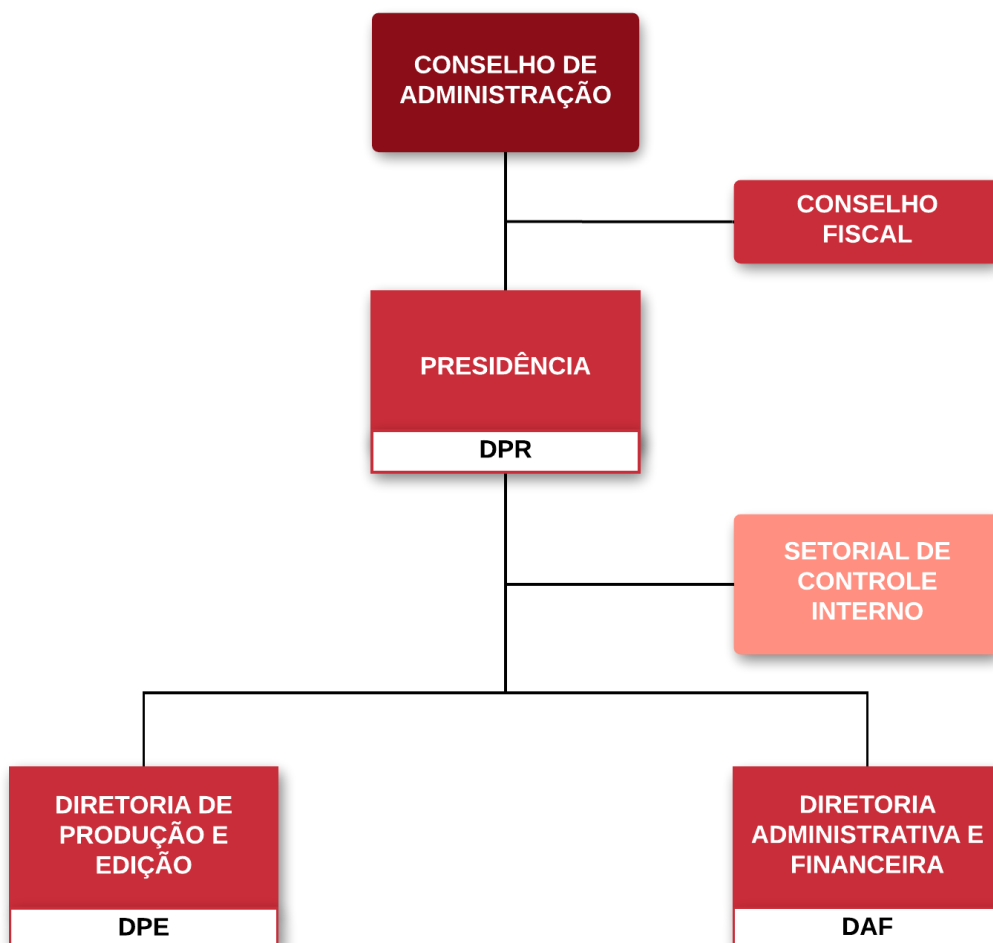
Ou seja, a Cepe pode e deve usar recursos próprios ou de terceiros, por meio de captação de forma específica. A prática mais usual da Companhia nos últimos anos tem sido a aplicação de recursos próprios nas suas ações e iniciativas no decorrer dos exercícios. Em 2021, não diferente, foi realizada execução com recursos próprios, como abordado em tópico anterior deste documento.

Assim como no ano anterior, sob a ótica das ações listadas na LOA, ressaltamos que, considerando o contexto ainda de restrições enfrentado pela Companhia nesse exercício (ocasionando inclusive em resultado com prejuízo), não foi possível realizar investimentos com recursos próprios.

Cabe ressaltar que continuamente a gestão da Cepe tem buscado formas de incrementar receitas, seja de segmentos alternativos ou não, ou de, por meio da eficiência de processos, reduzir despesas. O equilíbrio do caixa sempre foi e é um direcionador crucial nas decisões, sem deixar de lado o propósito principal para o qual a Cepe foi constituída.

6. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE CONTROLES INTERNOS

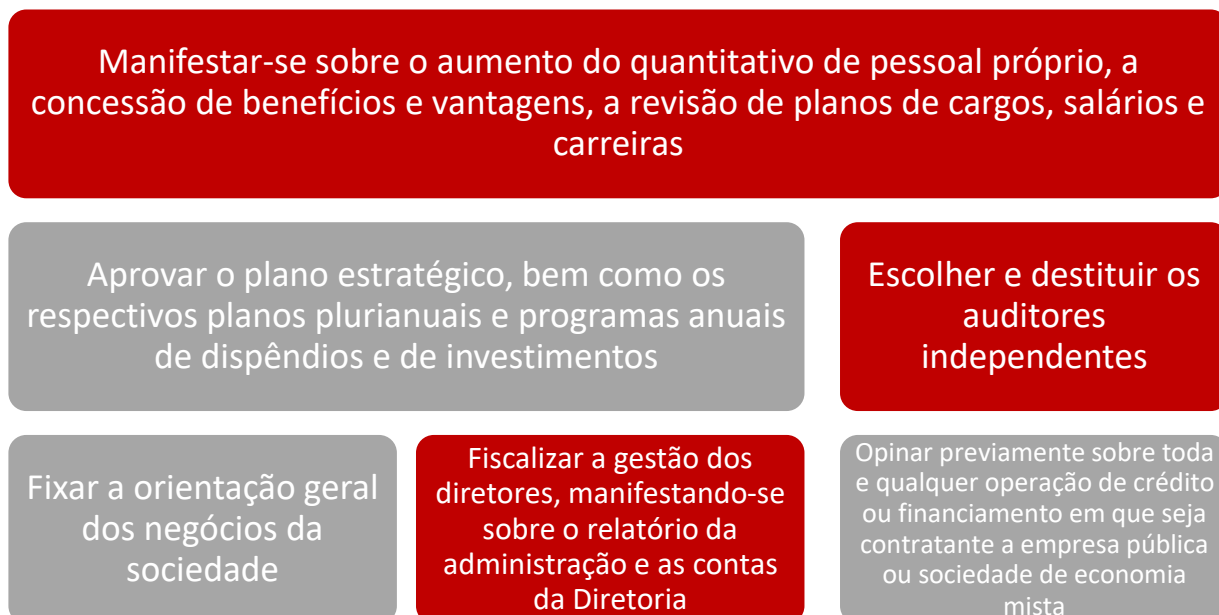
No relatório do ano anterior, foi apresentada a estrutura de governança corporativa da CEPE. Essa estrutura não sofreu alterações no decorrer do ano de 2021, mantendo assim o esquema detalhado em relatório anterior, conforme abaixo:



A atuação das três diretorias permaneceu sendo executada de forma complementar e alinhada à estratégia corporativa durante o decorrer do exercício – o que é muito importante, especialmente em contextos de crise como os vivenciados.

Apesar das dificuldades, foram mantidas e realizadas as reuniões dos conselhos fiscal e de administração conforme previsto em seus regulamentos. O primeiro, atualmente composto por 5 membros, é um órgão de deliberação colegiada, com mandato de 02 anos, sendo

permitida recondução. As principais atribuições desse órgão de governança estão descritas a seguir, conforme regimento interno do órgão.



Para esse ano, o Conselho de Administração seguiu, dentre outras coisas, aprovando documentos relevantes trazidos pela Lei 13.303/2016, como a Estratégia de Longo Prazo e do Plano de Negócios.

Com relação ao Conselho Fiscal, é composto por três membros fixos e três suplentes. Conforme regimento do órgão, as principais atribuições deste consistem em:

Opinar sobre as propostas, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social e demais alterações societárias

Opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer

Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente

Convocar a Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes

Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários

Além das destacadas acima, uma outra atribuição muito importante consta como obrigação do Conselho Fiscal em seu regimento: denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências à Companhia.

Já com relação ao setorial de controle interno, cabe fazer algumas atualizações: além da elaboração dos documentos obrigatórios, o PACI e o RACI, o SCI buscou implementar as ações previstas em seu PACI, mesmo diante do contexto dificultoso já explicado da covid-19. Algumas delas foram realizadas em sua plenitude. É fato que, para 2022, espera-se maior foco para as ações de controle interno, considerando a importância delas para um crescimento sustentável da Cepe.

Um aspecto importante que cabe ser contextualizado é que, em 2021, a Companhia priorizou dentre outras coisas iniciar sua adequação da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Essa nova legislação representa importante instrumento para as áreas da Cepe, a fim de assegurar o tratamento devido dos dados dos envolvidos em suas atividades diárias, de forma direta ou indireta. Dentro do projeto de adequação, foram realizadas diversas atividades, como: elaboração de documentos obrigatórios, instituição de Comitê responsável para acompanhamento, construção de Portal de Privacidade do site da Cepe, treinamento para diversos colaboradores sobre os principais conceitos, dentre outras.

A ação acima, além de outras já citadas no decorrer deste documento, só ratifica o compromisso e, de certo modo, o pioneirismo da Cepe em se adequar e implementar de

forma efetiva ações necessárias voltadas especialmente para aprimorar os processos de transparência e governança corporativa por toda a instituição e seus colaboradores.

No site da Companhia, é possível consultar e ter acesso a vários documentos e informações corporativas, bem como a ouvidoria da Cepe – onde podem ser feitas denúncias, reclamações e ainda envio de dúvidas ou sugestões.

ACESSE:

<https://www.cepe.com.br/governanca-corporativa> - relatórios e publicações corporativas

<https://www.cepe.com.br/estrutura-administrativa> - estrutura organizacional e regimentos internos dos órgãos

7. FATORES DE RISCO

Este exercício, não diferente dos dois anteriores, representou grande avanço da gestão corporativa em termos de processos e governança corporativa. Isso porque, nesses últimos anos, foram implementadas diversas rotinas – sejam elas obrigatórias ou não por legislações aplicáveis. Exemplo disso são as práticas trazidas pela Lei das Estatais – algumas delas já citadas no decorrer deste documento.

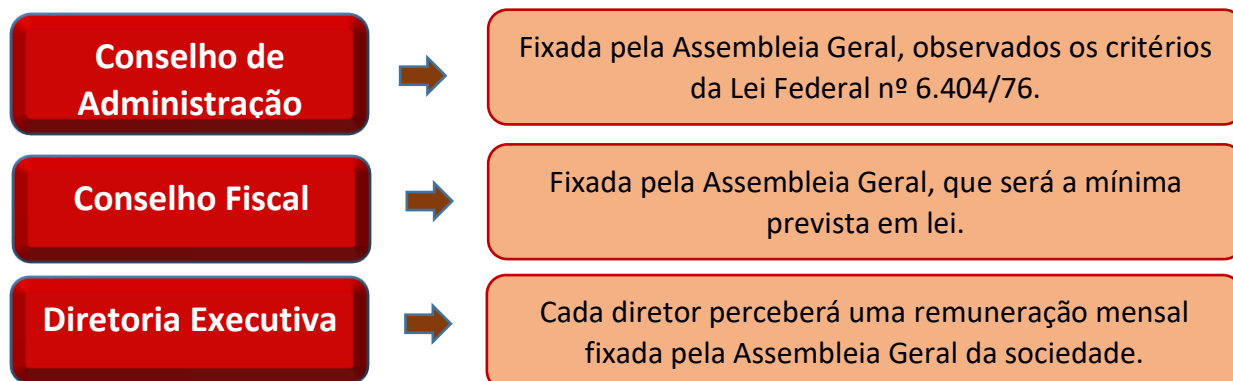
Vários temas têm passado a fazer parte da rotina da Companhia. A Gestão de Riscos, por sua vez, tem suma importância dentro do contexto do compliance e fortalecimento da integridade corporativa. Ela já havia sido mapeada pela gestão da Cepe como algo relevante a ser iniciado, mas que precisou ser postergado dado o contexto vivenciado de 2020 a 2021, com a pandemia da covid-19.

Apesar disso, a gestão da Cepe entende a importância e deverá priorizar no curto prazo a implantação de rotina do mapeamento e monitoramento dos riscos mais críticos, conforme inclusive preceitos da lei das estatais e boas práticas relacionadas. Cabe destacar que isso não significa que a gestão não esteja atenta às principais ameaças e oportunidades do seu segmento – pelo contrário. A implantação de forma ativa da LGPD representa isso de forma muito clara.

8. REMUNERAÇÃO

Os critérios para a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são definidos no Estatuto Social da Cepe, sendo desvinculados dos critérios de remuneração dos empregados, a fim de evitar possíveis conflitos de interesse. Os mesmos permaneceram inalterados neste exercício em análise.

No Estatuto Social vigente, constam os seguintes critérios:



Desse modo, as remunerações mensalmente pagas aos conselheiros foram fixadas em percentuais sobre a remuneração mensal dos diretores da Cepe, sendo 15,6% para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Assim como no exercício anterior, em tabela adiante, são discriminados os valores vigentes para cada um dos cargos citados e o total pago durante o ano de 2021:

CARGO	REMUNERAÇÃO	VALOR TOTAL PAGO 2021
Diretor-presidente	R\$ 13.426,05	R\$ 218.743,30
Diretor	R\$ 12.659,63	R\$ 365.319,33
Conselheiro de Administração	R\$ 2.098,70	R\$ 111.231,10
Conselheiro Fiscal	R\$ 2.098,70	R\$ 69.257,10

9. CONCLUSÃO

O Conselho de Administração da Companhia Editora de Pernambuco aprova esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, atendendo aos objetivos de governança preconizados pela Lei Federal nº 13.303/2016 e o Decreto Estadual nº 43.984/2016.

Recife, 29 de abril de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Francisco de Melo Cavalcanti Neto
Presidente

Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão
Vice-presidente

Silvia Maria Cordeiro
Conselheira

Alexandre Ubirajara Gabriel de Melo
Conselheiro

Bruno Maia de Azevedo Silva
Conselheiro